

1. INTRODUÇÃO

À Câmara Municipal compete elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas da autarquia e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de abril do ano seguinte àquele a que tais documentos dizem respeito – al. k) do n.º 2 do art.º 25º e al. i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Para efeitos de verificação das contas em sede de fiscalização sucessiva, o órgão executivo está, contudo, obrigado a remeter aqueles documentos ao Tribunal de Contas até ao dia 30 do mesmo mês de abril, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo – n.º 4 do artigo 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 48/06, de 29 de agosto.

No processamento da informação e na elaboração dos documentos que consubstanciam as contas que ora se apresentam foram respeitadas as regras estabelecidas no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54 A/99, de 22 de fevereiro.

Na sua organização e documentação foram observadas também as instruções do Tribunal de Contas aprovadas por Resolução n.º 4/2001 – 2ª Secção, de 12 de julho, publicada na II Série do D.R. n.º 191, de 18 de agosto de 2001, alterada pela Resolução n.º 26/2013, publicada no mesmo D.R., n.º 226, de 21 de novembro.

De acordo com o previsto no ponto 2 do POCAL, consideram-se como documentos de prestação de contas:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;

- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

O processo que ora se apresenta integra, nos seus diversos capítulos, todos esses documentos, respeitando a estrutura definida no POCAL.

A sistematização segue a ordem estabelecida no índice geral.

Estabelece o ponto 13 do POCAL que o **Relatório de Gestão**, a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo, deve contemplar os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício e a análise da evolução da gestão nos diferentes setores de atividade, designadamente no que respeita ao investimento;
- b) Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstração de resultados;
- c) A evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos, de terceiros e a terceiros, nos últimos três anos, individualizando, neste último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- d) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

A análise da situação económica e da situação financeira da autarquia, será efetuada conjuntamente, mais adiante, em capítulo próprio, por retratar informações entre si complementares.

A evolução da gestão nos diferentes setores de atividade é analisada já de seguida, no ponto 2 deste relatório, tendo por base, essencialmente, os principais instrumentos de gestão municipal: o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano, estas constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelas Atividades Mais Relevantes (AMR).

Com o presente relatório pretende-se, pois, essencialmente, clarificar as origens das receitas e os fins e a natureza das despesas a que tais recursos foram afetos, bem como retratar a situação económica e financeira do Município de Arouca.

2. EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLITICA ORÇAMENTAL E DAS OPÇÕES DO PLANO

2.1 . EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1.1. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

O orçamento da receita e da despesa para 2013, bem como as modificações que lhe foram introduzidas durante a sua execução, constam deste processo, a folhas 20 a 25 e 26 a 34 respetivamente.

Os resultados da sua execução encontram-se refletidos nos mapas de controlo a folhas 43 a 55 deste mesmo processo.

Sintetizando, em relação ao inicialmente previsto, o nível de execução orçamental apresenta os seguintes resultados:

RECEITAS				
Natureza	Previstas	Arrecadadas	Diferenças	
			Valor	%
Correntes	11.997.400,00	12.732.174,85	734.774,85	6,12
Capital	9.468.900,00	4.619.441,83	-4.849.458,17	-51,21
Total	21.466.300,00	17.351.616,68	-4.114.683,32	-19,17

Quadro I

DESPESA				
Natureza	Previstas	Realizadas	Diferenças	
			Valor	%
Correntes	11.715.500,00	10.057.106,13	-1.658.393,87	-14,16
Capital	9.750.800,00	6.170.994,73	-3.579.805,27	-36,71
Total	21.466.300,00	16.228.100,86	-5.238.199,14	-24,40

Quadro II

Os quadros que antecedem mostram-nos que no ano da gerência a execução orçamental atingiu mais de 80% ao nível da receita e mais de 75% ao nível da despesa.

A despesa realizada ficou aquém da receita arrecadada em cerca de €1.100.000, fruto da famigerada Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, regulamentada pelo DL nº 127/2012, de 21 de junho), e dos efeitos que ela produz no domínio da realização da despesa pública.

Estabelece o 5º daquela lei que os titulares de cargos políticos, dirigentes, gestores e responsáveis pela contabilidade não podem assumir compromissos que excedam os fundos disponíveis a muito curto prazo.

Com efeito, ao contrário do que estabelecia o regime anterior, em que a realização da despesa dependia apenas da existência de cabimento orçamental, o modelo atual, para além daquele pressuposto, exige também que a autarquia disponha de fundos disponíveis para o efeito e que o valor correspondente fique desde logo comprometido independentemente da despesa se encontrar materializada.

Equivale isto a dizer que a realização de qualquer despesa só poderá ser autorizada quando exista saldo de “tesouraria” suficiente para a suportar, a não ser que se verifiquem os pressupostos fixados na lei e se recorra ao aumento temporário dos fundos disponíveis, designadamente com fundamento na existência de verbas a

receber devidamente contratualizadas, caso em que os respetivos valores podem integrar os fundos disponíveis, mesmo que ainda não tenham sido arrecadados, embora a sua contabilização esteja sempre condicionada ao calendário de pagamentos do correspondente compromisso.

No que à execução do orçamento diz respeito, importa ter em consideração que estamos perante um documento de previsão, onde são previstas as receitas a cobrar e as despesas a realizar durante um determinado período de tempo e que, por isso, é suscetível de variações.

Enquanto instrumento de gestão meramente previsional, o orçamento é fortemente influenciado pôr fatores externos, imprevisíveis aquando da sua elaboração, que podem por em causa quer o nível de execução orçamental quer a própria atividade municipal, dada a dependência financeira a que o Município está subordinado.

Daí que há, como sempre houve, receitas que não chegam a arrecadar-se e despesas que, conseqüentemente, não podem realizar-se.

Vê-se no quadro I que dos €21.466.300,00 inicialmente previstos, o Município arrecadou receita efetiva no valor de €17.351.616,68, o que corresponde, como já se referiu, a mais de 80% do previsto.

Por sua vez, a despesa, como nos mostra o quadro II, atingiu também mais de 75% do inicialmente previsto, ou seja, perante igual previsão de €21.466.300,00 realizaram-se despesas no valor de €16.228.100,86, montante que ficou aquém da receita efetivamente arrecadada em obediência à referida lei dos compromissos.

Assim, se se tiver em consideração a natureza deste instrumento de gestão, os condicionalismos apontados, as restrições ditadas pela conjuntura económica

mundial e pela situação económica do País, poder-se-á concluir que o orçamento municipal atingiu um grau de execução muito significativo.

2.1.2. DESVIOS ENTRE A PREVISÃO E A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Os quadros III e IV que se seguem, analisados conjuntamente com os mapas de controlo orçamental que instruem este processo, a folhas 43 a 55, evidenciam os desvios verificados entre as receitas e despesas previstas e as efetivamente realizadas por cada um dos capítulos da classificação económica.

RECEITAS				
Class.económica	Previstas	Arrecadadas	Diferenças	
			Valor	%
01-Impostos Diretos	2.046.200,00	2.322.786,44	276.586,44	13,52
02-Impostos indiretos	34.400,00	43.546,62	9.146,62	26,59
04-Taxas,multas e outras penalidades	117.300,00	104.677,63	-12.622,37	-10,76
05-Rendimentos de propriedade	814.200,00	897.128,18	82.928,18	10,19
06-Transferências correntes	7.096.000,00	7.491.755,11	395.755,11	5,58
07-Venda de bens e serv.correntes	1.403.600,00	1.342.961,86	-60.638,14	-4,32
08-Outras receitas correntes	485.700,00	529.319,01	43.619,01	8,98
Soma das receitas correntes	11.997.400,00	12.732.174,85	734.774,85	6,12
09-Venda de bens de investimento	1.775.000,00	463.523,73	-1.311.476,27	-73,89
10-Transferências de capital	6.792.100,00	3.849.714,78	-2.942.385,22	-43,32
11-Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
12-Passivos financeiros	901.800,00	306.203,32	-595.596,68	-66,05
13-Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma das receitas de capital	9.468.900,00	4.619.441,83	-4.849.458,17	-51,21
Total das receitas	21.466.300,00	17.351.616,68	-4.114.683,32	-19,17
Saldo da gerência anterior	2.605.738,45			
Total geral	24.072.038,45			

Quadro III

DESPESAS				
Class.económica	Previstas	Realizadas	Diferenças	
			Valor	%
01-Despesas com pessoal	3.692.000,00	3.418.113,59	-273.886,41	-7,42
02-Aquisição de bens e serviços	6.654.700,00	5.251.317,70	-1.403.382,30	-21,09
03-Juros e outros encargos	180.400,00	120.358,58	-60.041,42	-33,28
04-Transferências correntes	817.600,00	971.814,15	154.214,15	18,86
06-Outras despesas correntes	370.800,00	295.502,11	-75.297,89	-20,31
Soma das despesas correntes	11.715.500,00	10.057.106,13	-1.658.393,87	-14,16
07-Aquisição de bens de capital	7.777.800,00	4.447.227,52	-3.330.572,48	-42,82
08-Transferências de capital	1.151.900,00	1.080.158,93	-71.741,07	-6,23
09-Ativos financeiros	163.100,00	0,00	-163.100,00	-100,00
10-Passivos financeiros	658.000,00	643.608,28	-14.391,72	-2,19
11-Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma das despesas de capital	9.750.800,00	6.170.994,73	-3.579.805,27	-36,71
Total geral	21.466.300,00	16.228.100,86	-5.238.199,14	-24,40

Quadro IV

No que à receita diz respeito, os rendimentos em que a execução orçamental ficou aquém da previsão são os que integram os seguintes capítulos:

- *Taxas, multas e outras penalidades* – Este capítulo contabilizou um decréscimo de mais de 10% em relação ao inicialmente previsto, sendo que a cobrança de taxas devidas pelo licenciamento de loteamentos e obras requeridas por particulares contribuiu de forma substancial.
- *Venda de bens e serviços correntes* – Ficou aquém do previsto em cerca de €60.000, basicamente fruto da quebra das receitas provenientes da venda de água ao domicílio, da utilização de cantinas escolares, da construção de ramais de ligação à rede de saneamento e da utilização de lugares de estacionamento.
- *Venda de bens de investimento* – Este capítulo da receita é o que apresenta o nível de execução mais reduzido, facto que tem a sua origem na não

materialização da venda do imobilizado corpóreo em relação ao que a Câmara pretendia alienar, principalmente dos lotes de terreno destinados à instalação de indústrias, cujo procedimento foi aberto apenas no decurso do ano seguinte.

- **Transferências de capital** – Este capítulo regista também um decréscimo face à previsão, na sua essência fruto da diminuição das transferências esperadas no âmbito do FEDER (menos cerca de €2.600.000,00) e do FEOGA (menos cerca de €250.000,00), como se pode aferir através do mapa de controlo do orçamento que instrui o presente documento. Contudo, estas transferências encontram-se já contratualizadas, sendo certa a sua materialização à medida da execução dos projetos que visam financiar.

- **Passivos financeiros** – Apresenta também um nível de execução significativamente abaixo do previsto, facto que se deve à não utilização, durante o ano da gerência, da totalidade dos empréstimos autorizados e contratados no âmbito dos contratos de financiamento – QREN-EQ, da linha BEI, destinado ao financiamento parcial da contrapartida nacional das operações de Requalificação dos Espaços Envolventes do Mosteiro de Arouca, Desenvolvimento do Turismo Ativo em Arouca e Requalificação das Ruas e Praças no Centro Histórico de Arouca, bem como à resolução convencional de quatro contratos de empréstimo celebrados ao abrigo do Despacho Conjunto nº 6572/2011, pelo facto dos projetos a que se destinava o financiamento terem sido entretanto concluídos e pagos com recurso a capital próprio.

Em contrapartida, apresentam um índice de execução superior ao inicialmente previsto, em termos absolutos, os seguintes capítulos:

- **Impostos diretos** – com uma diferença para mais de cerca de €276.000,00, a maior parte proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Único de Circulação, considerando a redução do Imposto Municipal Sobre as

Transmissões Onerosas de Imóveis e da Derrama em relação ao inicialmente previsto.

- *Impostos indiretos* – Esta rubrica apresenta um acréscimo de cerca de €9.000,00 em relação ao previsto, fundamentalmente, por um lado, por absorver agora a receita proveniente de mercados e feiras, contabilizada antes como venda de serviços, e, por outro, em resultado da aplicação das regras previsionais.
- *Rendimentos de Propriedade* – Este capítulo regista um acréscimo de receita em relação ao previsto de cerca de €83.000,00, a maior fração proveniente de juros de depósitos bancários contratualizados por este município e da renda devida pela concessão da rede elétrica ao distribuidor público.
- *Transferências correntes* – Contrariando os últimos 3 anos, esta rubrica excedeu o previsto em aproximadamente €395.000,00, embora em termos relativos varie apenas 5,58%, circunstância que teve a sua génese, essencialmente, nas transferências do Estado, nomeadamente da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares devidas em anos anteriores mas efetuadas no ano em análise.
- *Outras receitas correntes* – Este capítulo contabiliza também cerca de €44.000,00 de receita superior à prevista, sendo que a rubrica que mais contribui para essa variação é a que regista as rendas sobre Centrais Eólicas.

Por seu turno, a realização da despesa, globalmente, ficou também aquém do inicialmente previsto em cerca de 24%.

Para além do princípio do equilíbrio financeiro das contas do Município, que impõe que o orçamento deve prever os recursos necessários para dar cobertura a todas as

despesas, por imperativo da lei dos compromissos, a que já aludimos, houve ainda de conter a realização da despesa ao valor dos fundos disponíveis.

Daí que o valor da despesa efetivamente realizada seja inferior ao da receita arrecadada, facto que evidencia o cumprimento da citada lei dos compromissos e que garante a saúde financeira da autarquia.

A redução da despesa em relação ao inicialmente previsto registou-se fundamentalmente nas despesas com:

- *Pessoal*, no montante de 273.884,41, consequência das reduções remuneratórias impostas pela Lei nº 66-B/2012, de 31 dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2013;
- *Aquisição de bens e serviços*, com menos €1.403.382,30, facto que teve lugar, principalmente, na aquisição de combustíveis, na aquisição de água para venda, nos encargos com as instalações, nas despesas com os transportes escolares, nas despesas com estudos e projetos, e na aquisição de serviços no âmbito de trabalhos especializados.
- *Aquisição de bens de capital*, no valor de €3.330.572,48, em resultado da redução das fontes de financiamento destinadas a suportar as despesas correspondentes, designadamente do capital proveniente de fundos comunitários, cuja transferência, como se disse acima, é realizada à medida da execução dos projetos que visa financiar.
- *Ativos financeiros*, no montante de €163.100,00, para subscrição de capital social nas sociedades Águas do Noroeste, SA, e reforço de capital na sociedade denominada Simdouro, Saneamento do Grande Porto SA, capital cuja realização foi diferida para o ano de 2014.

2.1.3. RECEITAS E DESPESAS POR CAPITULOS DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

O peso de cada um dos capítulos das receitas e despesas por classificação económica, em relação ao total arrecadado e realizado, constam, respetivamente, dos quadros V e VI que se seguem:

2.1.3.1. RECEITAS POR CAPITULOS DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

RECEITAS		
	2013	%
01-Impostos Diretos	2.322.786,44	13,39
02-Impostos indiretos	43.546,62	0,25
04-Taxas,multas e outras pen	104.677,63	0,60
05-Rendimentos de propriedade	897.128,18	5,17
06-Transferências correntes	7.491.755,11	43,18
07-Venda de bens e serv.correntes	1.342.961,86	7,74
08-Outras receitas correntes	529.319,01	3,05
Soma rec.correntes	12.732.174,85	73,38
09-Venda de bens de investimento	463.523,73	2,67
10-Transferências de capital	3.849.714,78	22,19
11-Ativos financeiros	0,00	0,00
12-Passivos financeiros	306.203,32	1,76
13-Outras receitas de capital	0,00	0,00
Soma rec.capital	4.619.441,83	26,62
Total	17.351.616,68	100,00

Quadro V

A receita arrecadada totaliza €17.351.616,68, sendo que €12.732.174,85 correspondem a receitas correntes e €4.619.441,83 a receitas de capital.

A sua desagregação pelas diversas rubricas da classificação económica consta do mapa de execução orçamental a folhas 51 a 55 destes documentos de prestação de contas.

As *transferências correntes* são as receitas que assumem o maior peso no seio das receitas da mesma natureza, correspondendo a cerca de 43% do total da receita e a cerca de 59% da receita corrente. As transferências provenientes do Orçamento de Estado, destinadas a financiar a atividade corrente municipal, contribuem com a maior parte do montante contabilizado por aquele capítulo, facto que sugere o grau de dependência financeira externa do município e a imprevisibilidade das suas receitas.

Na verdade, o peso das receitas próprias é reduzido, o que significa que o nível de execução das ações e projetos que a Câmara Municipal se propõe realizar no início de cada ano económico está sempre dependente do grau de concretização daquele financiamento.

Os *impostos diretos* integram os impostos municipais e a derrama. No seu conjunto contabilizam apenas com 13,39% das receitas, contribuindo cada um deles com:

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), 8,40%;
- Imposto Único de Circulação (IUC), 2,55%;
- Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), 1,69%;
- Derrama, 0,75%.

A *Venda de bens e prestação de serviços correntes* arrecadou 7,74% das receitas. Na sua maior parte correspondem a receitas provenientes de taxas e preços cobrados pelos serviços prestados no âmbito do abastecimento de água ao domicílio, da recolha dos resíduos sólidos, da utilização do complexo desportivo municipal, das piscinas de Escariz e do funcionamento das cantinas escolares.

O capítulo atinente às *Outras receitas correntes* registou 3,05% da receita global, fundamentalmente por força das rendas sobre centrais eólicas e das comparticipações dos alunos nos transportes escolares.

Os *rendimentos de propriedade* atingiram 5,17% da receita global. Contabilizam essencialmente a renda devida pela concessão da rede elétrica ao distribuidor público e os juros de depósitos em instituições bancárias.

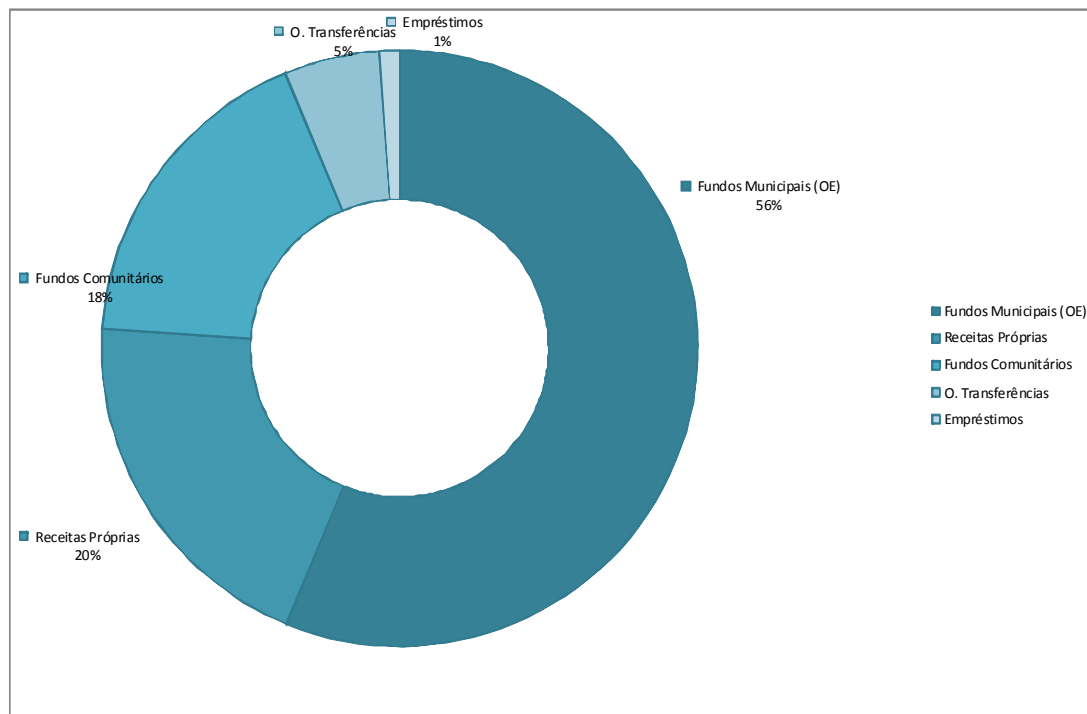
No domínio das receitas de capital, o orçamento municipal foi financiado, na sua maior parte, pelo capítulo das *Transferências de Capital*, que compreende aproximadamente 22% do total das receitas e mais de 83% das receitas da mesma natureza. O seu peso comprova o que já foi dito acerca das transferências correntes, designadamente no que respeita ao grau de subordinação financeira do município, à instabilidade das suas receitas e à consequente insuficiência de receitas próprias para financiar os projetos municipais.

Para além das transferências dos Fundos Municipais provenientes do Orçamento de Estado, no valor de €1.464.903,00, concorreram também para aquele montante, com €2.380.907,50, as comparticipações contratualizadas e atribuídas no âmbito de programas comunitários.

Por sua vez, o capítulo da *Venda de bens de investimento* arrecadou apenas 2,67% do total das receitas.

O capítulo dos passivos financeiros, proveniente de empréstimos contraídos para financiamento do Plano, contribuiu para a execução do orçamento apenas com 1,76% da totalidade da receita arrecadada.

O gráfico seguinte dá-nos a perspetiva global da origem dos recursos que financiam o orçamento.



2.1.3.2. DESPESAS POR CAPÍTULOS DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

DESPESAS		
	2013	%
01-Pessoal	3.418.113,59	21,06
02-Aquisição de bens e serviços correntes	5.251.317,70	32,36
03-Encargos correntes da dívida	120.358,58	0,74
04-Transferências correntes	971.814,15	5,99
06-Outras despesas correntes	295.502,11	1,82
Soma despesas correntes	10.057.106,13	61,97
07-Aquisição de bens de capital	4.447.227,52	27,40
08-Transferências de capital	1.080.158,93	6,66
09-Ativos financeiros	0,00	0,00
10-Passivos financeiros	643.608,28	3,97
11-Outras despesas de capital	0,00	0,00
Soma despesas capital	6.170.994,73	38,03
Total	16.228.100,86	100,00

Quadro VI

Do total das despesas realizadas no ano da gerência, €10.057.106,13 correspondem a despesas correntes e €6.170.994,73 a despesas de capital.

A desagregação da despesa por rubrica da classificação económica consta do mapa de execução orçamental, a folhas 43 a 50 deste relatório.

A rubrica das despesas com o *peçoal* absorve €3.418.113,59, valor que corresponde a cerca de 21% do montante global da despesa e que, não obstante este montante não ter atingido a meta inicialmente prevista, continua a representar um dos índices mais baixos das autarquias do país, como se pode comprovar através do último Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses editado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas no ano findo.

As despesas com *Aquisição de bens e serviços correntes*, no montante de €5.251.317,70, assumem, por sua vez, a maior fatia das despesas correntes, traduzindo cerca de 32% da despesa total.

Neste capítulo a *aquisição de bens* contribuiu com €1.440.283,97, valor absorvido essencialmente pelas despesas com a aquisição de bens de consumo, onde se incluem, entre outros, os combustíveis e lubrificantes (€207.618,48), os produtos de higiene e limpeza (€26.797,76), refeições confeccionadas para as cantinas escolares (€212.315,00), o material de escritório (€27.424,36), o vestuário e artigos pessoais (€12.712,43), as peças para reparação de veículos, máquinas e equipamentos (€35.073,43), os bens para oferecer, designadamente no âmbito do Regulamento de Concessão de Prestações de Natureza Social (€45.939,08), a água adquirida para venda ao domicílio (€578.689,04), e outros bens, designadamente todo o material para conservação das vias municipais, redes de água e esgotos, jardins e demais edificações e infraestruturas públicas (€280.040,00).

O desdobramento de cada uma das despesas referidas pode ser observado no mapa de execução orçamental já referido.

Já a *aquisição de serviços*, onerou o orçamento com o montante de €3.811.033,73, valor que é repartido pelas rubricas identificadas no mesmo mapa de execução.

As despesas que mais contribuíram para aquele montante foram realizadas no domínio dos seguintes serviços:

- Encargos das instalações, onde se incluem as despesas com a aquisição de gás e energia elétrica consumida nos diversos edifícios e equipamentos municipais, no valor de €496.049,50;
- Serviços de limpeza e higiene, que contabilizam os encargos decorrentes de prestações de serviços no âmbito da limpeza de diversos edifícios, instalações e equipamentos municipais, no valor de €52.246,88;
- A prestação de serviços no âmbito da conservação de bens, designadamente vias de comunicação, edifícios municipais, redes de água e de esgotos, maquinaria e material de transporte e outros equipamentos, no valor de €268.859,03;
- A locação de edifícios e outros bens, no valor de €62.832,22, abrangendo as despesas com as rendas de edifícios e equipamentos escolares e de outras instalações ocupadas pela Câmara;
- As comunicações, onde se incluem as despesas com a comunicação via postal, com os telefones fixos e móveis, com as ligações à Internet e com a distribuição postal da faturação de água ao domicílio, no montante de €91.737,64;
- Os transportes, no montante de €739.123,86, absorvido na sua quase totalidade pelos transportes escolares;
- Os seguros de bens móveis e imóveis, no montante de €22.795,68;
- Os estudos, pareceres, projetos e consultadoria, no valor de €47.170,74;

- A publicidade, designadamente com publicações obrigatórias, no montante de €33.691,98;
- Assistência técnica, na importância de €40.956,74;
- Os trabalhos especializados, onde se contabilizam os serviços de análises laboratoriais e manutenção de software, no montante de €99.477,93;
- Os encargos de cobrança de receitas, pagos aos serviços centrais do Estado pela cobrança de impostos municipais e a outras entidades pela cobrança de recibos de água e saneamento, no valor de €73.238,437;
- Outros serviços, no montante de €1.758.197,31, rubrica de carácter residual, onde se incluem, designadamente, aquisição de energia elétrica à EDP para iluminação pública, os serviços prestados pelos monitores afetos à atividade desenvolvida no complexo desportivo e nas piscinas de Escariz, os serviços de recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos, o tratamento de esgotos, a promoção de atividades culturais, aquisição de serviços no âmbito da Feira das Colheitas.

Os *encargos correntes da dívida*, ficaram-se pelos €120.358,58, absorvendo os juros da dívida pública apenas €90.030,39, valor que assume um peso de menos de 0,6% em toda a despesa municipal.

As *transferências correntes* orçam em cerca de €971.814,15, representando aproximadamente 6% do total das despesas e cerca de 10% do total das despesas daquela natureza.

A maior parte destas transferências foi realizada a favor de associações de pais para financiamento da componente de apoio à família e do serviço de refeições aos alunos do 1.º CEB (€176.447,08), de associações de carácter social, cultural e desportivo (€236.232,80), da AGA (€120.000,00), da Área Metropolitana do Porto e da Associação de Municípios Terras de Santa Maria (€115.139,55), de pessoas individuais a título de concessão de bolsas de estudo, de famílias em situação de

carência extrema (€81.237,00), e de estagiários a título de bolsa de estágio profissional (cerca de 130.000,00)

O capítulo das *outras despesas correntes*, no valor de €295.502,11, para além das restituições de impostos e taxas, contabiliza todas as demais despesas correntes que não tenham enquadramento em qualquer outra classificação económica.

Por sua vez, as despesas de capital atingiram, como já se referiu, o montante de €6.170.994,73.

O capítulo de *Aquisição de bens de capital* foi o que contabilizou a maior parte das despesas desta natureza, €4.447.227,52. Contabilizou 72,07% das despesas de capital e 27,40% do total das despesas correntes e de capital.

Este valor financiou investimento em diversas áreas, nomeadamente despesas com:

- Terrenos, no valor de €45.551,30;
- Habitações, no valor de €46.091,50;
- Instalações de serviços, no valor de €100.000,00;
- Edifícios escolares, no valor de €489.504,68;
- Outros edifícios, no valor de €233.672,54;
- Viadutos, arruamentos e obras complementares, no valor de €218.963,15;
- Sistemas de drenagem de águas residuais, no valor de €248.370,25;
- Instalações desportivas e recreativas, no valor de €358.120,77;
- Sistemas de captação e distribuição de água, no montante de €36.227,29;
- Viação rural, no valor de €1.183.060,97;
- Outras construções, no montante de €990.786,95;
- Equipamento informático, no valor de €95.238,94;
- Software informático, no valor de €43.018,07;
- Equipamento administrativo, no valor de €55.796,54;

- Equipamento básico, no valor de €199.630,47;
- Outros investimentos, no valor de €31.611,00.

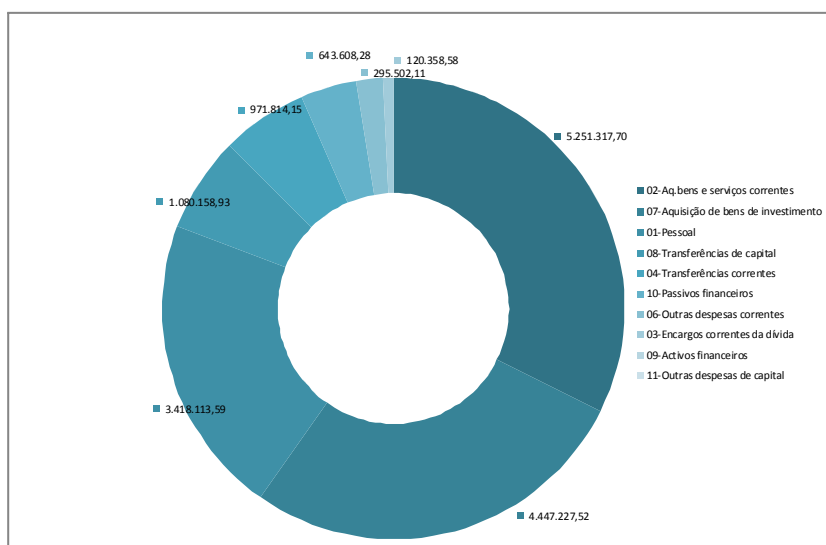
As *transferências de capital*, contabilizaram €1.080.158,93, correspondendo a 6,66% do total do orçamento executado e a 17,50% do total das despesas da mesma natureza.

Todas estas despesas foram efetuadas a título de comparticipação em investimentos levados a cabo pelas juntas de freguesia (€854.787,19), instituições sem fins lucrativos, essencialmente de cariz social (€204.147,77) e pela associação de municípios (€21.223,97).

O capítulo de *Passivos financeiros*, regista um montante de €643.608,28, todo ele afeto à amortização de empréstimos obtidos a médio e longo prazos, em respeito pelo calendário contratualmente estabelecido.

O gráfico que a seguir se apresenta dá-nos a perspetiva geral do peso de cada uma das despesas por capítulo da classificação económica.

DESPESA



2.1.4. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

Os quadros VII e VIII dão-nos a evolução das receitas e das despesas no ano da gerência em relação às do ano anterior, por capítulos da classificação económica.

RECEITAS

Classificação económica	2012		2013		Variação	
	Valor	%	Valor	%	valor	%
01-Impostos Diretos	2.057.196,10	11,86	2.322.786,44	13,39	265.590,34	12,91
02-Impostos indiretos	38.753,22	0,22	43.546,62	0,25	4.793,40	12,37
04-Taxas,multas e outras pen	99.762,61	0,57	104.677,63	0,60	4.915,02	4,93
05-Rendimentos de propriedade	830.582,71	4,79	897.128,18	5,17	66.545,47	8,01
06-Transferências correntes	6.092.830,40	35,11	7.491.755,11	43,18	1.398.924,71	22,96
07-Venda de bens e prest.serv.correntes	1.328.996,27	7,66	1.342.961,86	7,74	13.965,59	1,05
08-Outras receitas correntes	446.191,63	2,57	529.319,01	3,05	83.127,38	18,63
Soma rec.correntes	10.894.312,94	62,79	12.732.174,85	73,38	1.837.861,91	16,87
09-Venda de bens de investimento	1.510.955,51	8,71	463.523,73	2,67	-1.047.431,78	-69,32
10-Transferências de capital	8.597.739,91	49,55	3.849.714,78	22,19	-4.748.025,13	-55,22
11-Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12-Passivos financeiros	673.911,72	3,88	306.203,32	1,76	-367.708,40	-54,56
13-Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma rec.capital	10.782.607,14	62,14	4.619.441,83	26,62	-6.163.165,31	-57,16
Total	21.676.920,08	124,93	17.351.616,68	100,00	-4.325.303,40	-19,95

Quadro VII

Mostra o quadro anterior que no ano da gerência a receita arrecada foi inferior à do ano anterior em €4.325.303,40, valor que corresponde a uma diminuição de cerca de 20%, embora registe uma execução superior à do penúltimo em mais de €1.055.000,00.

Tal facto decorre essencialmente da não concretização da totalidade das transferências de capital provenientes de programas comunitários, transferências essas que estão associadas aos projetos e ações que visam cofinanciam e que, por isso, dependem da sua execução.

De todos os capítulos que registam uma variação em relação às receitas arrecadadas no ano anterior, destacam-se:

Impostos diretos, com mais €265.590,34, por um lado, resultado do aumento da receita cobrada no âmbito do imposto municipal sobre imóveis e do imposto único de circulação e, por outro, da diminuição da receita proveniente da derrama e do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

Rendimentos de propriedade, com mais €66.545,47, produto resultante dos juros de depósitos e da renda da rede elétrica paga pela EDP.

Transferências correntes, com um acréscimo de €1.398.924,71, devido fundamentalmente ao aumento da quota-parte do Fundo de Equilíbrio Financeiro destinado ao financiamento da atividade corrente, embora tendo como contrapartida a redução das transferências de capital feitas ao abrigo do mesmo fundo.

Outras receitas correntes, com uma arrecadação de receita superior à do ano anterior em cerca de €83.000,00, a maior parte fruto das rendas sobre centrais eólicas

Venda de bens de investimento, regista um decréscimo de cerca de €1.047.000,00, pelo facto da execução orçamental no ano em análise não beneficiar, a exemplo do ano anterior, da receita extraordinária proveniente da transferência de património para a SIMDOURO, no âmbito da rede e sistemas de saneamento.

Transferências de capital, que apresentam uma variação para menos de aproximadamente €4.748.025,13, na sua quase totalidade na receita do Fundo de Equilíbrio Financeiro destinado a despesas de capital, pelas razões a que aludimos acima, no montante de cerca de €1.099.000,00, e nas participações no âmbito da participação comunitária, através do FEDER, no valor aproximado de €3.636.000,00.

Passivos financeiros, que assinala uma diminuição em relação ao capital proveniente de empréstimos arrecadados no ano anterior, no valor de €367.708,40, quer porque a autarquia não recorreu a novos empréstimos no decurso do ano em análise, quer porque não utilizou o capital de alguns dos empréstimos contratados, assumindo com receitas próprias, como já foi referido, a totalidade dos encargos com os projetos que tais empréstimos visavam financiar.

Todos os demais capítulos registaram variações pouco significativas.

DESPESA

Classificação económica	2012		2013		Variação	
	Valor	%	Valor	%	valor	%
01-Pessoal	3.140.011,66	15,93	3.418.113,59	21,06	278.101,93	8,86
02-Aquisição de bens e serviços	5.048.591,57	25,61	5.251.317,70	32,36	202.726,13	4,02
04-Transferências correntes	720.469,43	3,65	971.814,15	5,99	251.344,72	34,89
03-Juros e outros encargos	116.682,21	0,59	120.358,58	0,74	3.676,37	3,15
06-Outras despesas correntes	197.704,00	1,00	295.502,11	1,82	97.798,11	49,47
Soma despesas correntes	9.223.458,87	46,79	10.057.106,13	61,97	833.647,26	9,04
07-Aquisição de bens de capital	8.721.865,52	44,25	4.447.227,52	27,40	-4.274.638,00	-49,01
08-Transferências de capital	1.030.898,73	5,23	1.080.158,93	6,66	49.260,20	4,78
09-Ativos financeiros	64.552,00	0,33	0,00	0,00	0,00	0,00
10-Passivos financeiros	671.366,99	3,41	643.608,28	3,97	-27.758,71	-4,13
11-Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma despesas capital	10.488.683,24	53,21	6.170.994,73	38,03	-4.253.136,51	-40,55
Total	19.712.142,11	100	16.228.100,86	100	-3.419.489,25	-17,35

Quadro VIII

No que concerne à despesa, mostra-nos também o quadro supra, que o seu valor global, a exemplo do da receita, foi inferior ao do ano anterior em €3.419.489,25, o que equivale a um decréscimo de cerca de 17%

As despesas com o *pessoal* apresentam, com referência ao ano anterior, em termos absolutos, um aumento de €278.101,93 e, em termos relativos, um acréscimo de

8,86%, facto que não está associado a qualquer aumento de vencimentos ou de recursos humanos, mas tão só da reposição de parte dos subsídios de férias e de natal legalmente imposta - embora sem reflexos significativos no rendimento líquido dos trabalhadores na medida em que tal acréscimo foi absorvido pelos impostos então instituídos -, e pelo aumento da contribuição da autarquia, enquanto entidade patronal, para a Segurança Social e para a Caixa Geral de Aposentações.

As despesas contabilizadas pelo capítulo da *aquisição de bens e serviços* sofreram também um acréscimo de €202.726,13 (4,02%) em relação às despesas equivalentes do ano anterior. São várias as despesas que sofreram variações, para mais e para menos, sendo que as que mais contribuíram para o acréscimo foram as despesas com o tratamento de resíduos sólidos (com mais €30.000,00), a prestação de serviços no âmbito das atividades culturais (€90.000,00), a prestação de serviços no âmbito da Feira das Colheitas (€55.000,00).

As *transferências correntes* apresentam um aumento de cerca de €250.000,00, o equivalente a mais 35% em relação ao ano anterior, facto que resulta, essencialmente, das transferências efetuadas para a Associação de Municípios Terras de Santa Maria, no âmbito de projetos e ações intermunicipais, e das transferências efetuadas para as famílias ao abrigo do Programa Metropolitano de Emergência Social e de diversos Contratos de Emprego e Inserção (CEI).

No âmbito das despesas de capital, o capítulo da *aquisição de bens de capital* registou uma diminuição de €4.274.638,00, o equivalente a menos 49,01% em relação ao ano anterior, refletida, na sua grande maioria, nas rubricas da aquisição de terrenos (€220.000,00), de investimentos em edifícios desportivos e recreativos (€165.000,00), da construção de escolas (€3.500.000,00), da construção de Viadutos, arruamentos e obras complementares (€430.000,00), parques e jardins (€370.000,00), viação rural (€960.000,00), embora se contraponham aqui também variações positivas noutras rubricas deste capítulo.

Todos os demais capítulos apresentam, em termos absolutos, variações pouco relevantes.

2.1.5. RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E AS DESPESAS DA MESMA NATUREZA

Estabelece o ponto 3.1.1. do POCAL que na elaboração e execução do orçamento das autarquias locais devem ser salvaguardados os princípios aí estabelecidos, destacando-se, de entre eles, o *princípio do equilíbrio* orçamental.

Segundo este princípio *“O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”*.

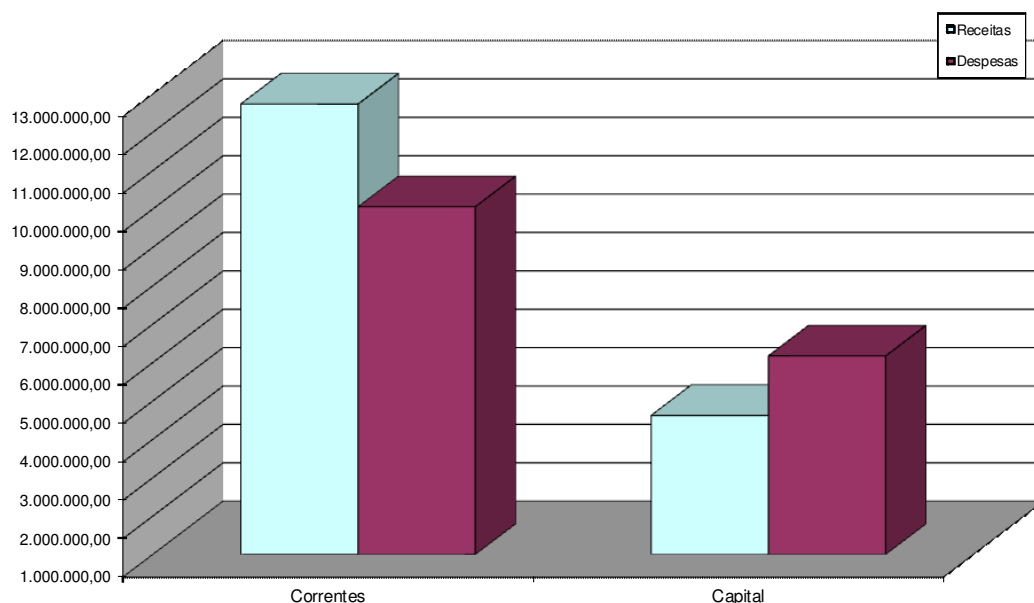
Por força deste princípio, as receitas devem ser iguais ou superiores ao total da despesa e as receitas correntes têm que ser suficientes para cobrir todas as despesas da mesma natureza, estando a realização destas condicionada ao valor da arrecadação daquelas. Significa isto dizer que as despesas correntes, que visam, por regra, dar satisfação à atividade normal dos serviços, não podem ser financiadas pelas receitas de capital.

A relação entre as receitas e as despesas correntes e a relação entre as receitas e despesas de capital é-nos dada pelo quadro IX que se segue:

NATUREZA	RECEITAS	DESPESAS	DIFERENÇA	
			VALOR	%
Correntes	12.732.174,85	10.057.106,13	2.675.068,72	21,01
Capital	4.619.441,83	6.170.994,73	-1.551.552,90	-33,59
Saldo 2012	2.605.738,45		2.605.738,45	100,00
Total	19.957.355,13	16.228.100,86	3.729.254,27	18,69

Quadro IX

O gráfico que se segue dá-nos também a perspetiva global dessa relação.



No ano da gerência, a receita corrente arrecadada excedeu o da despesa da mesma natureza em €2.675.068,72, o que equivale a dizer que, para além de se ter respeitado o conteúdo do citado princípio, essencial para uma boa gestão económico-financeira, a autarquia conseguiu poupar uma parte considerável das suas receitas correntes, libertando assim meios para aplicar em despesas de

capital, principalmente despesas com investimentos. A poupança corrente equivale a 21,01% do montante global das receitas correntes, seis pontos acima do verificado no ano anterior, poupança que, diluída no saldo em dinheiro transitado para o ano seguinte, irá engrossar o valor dos fundos disponíveis e permitir a assunção de diversos compromissos economicamente classificados como despesas de capital.

2.2 . EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Neste ponto do presente relatório analisar-se-á a execução das Grandes Opções do Plano (GOP) no ano da gerência.

A atividade levada a cabo pela autarquia no âmbito dos diversos projetos e ações de investimento previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) é explicitada pormenorizadamente no mapa de execução que instrui este processo a folhas 56 a 63.

A execução das Grandes Opções do Plano (GOP), que integra, como já se disse, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades mais Relevantes (AMR) é evidenciada nos dois quadros que se seguem, onde se expressa o nível de execução global deste instrumento de gestão, por objetivos, sob o aspeto financeiro e material.

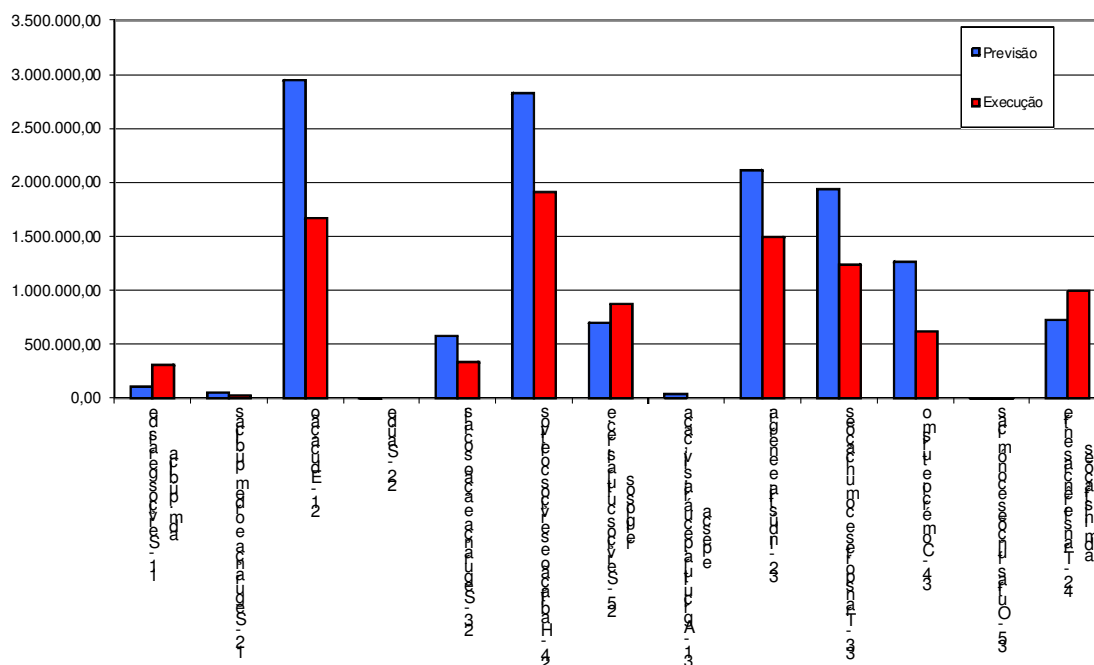
Sob o aspeto financeiro o quadro X reproduz a execução das GOP em relação aos projetos ou ações cujos encargos foram assumidos, liquidados e efetivamente pagos no ano da gerência, ficando de fora, portando, a parte dos projetos ou ações já executada materialmente mas que não produziu efeitos financeiros até ao termo da gerência.

Em termos materiais, o quadro XI representa a fatia comprometida deste instrumento de gestão em termos de execução material e ou de compromissos assumidos no período da gerência relativamente a ações ou projetos já contratualizados, com vista à sua concretização, independentemente dos respectivos reflexos financeiros.

Execução financeira das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO	DOT.FINAL	PREV.INICIAL	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TX EXEC.
11 - Serviços gerais de adm.pública	441.700,00	104.700,00	310.697,30	205.997,30	296,75
12 - Segurança e ordem públicas	35.200,00	50.100,00	20.000,00	-30.100,00	39,92
21 - Educação	2.466.600,00	2.951.100,00	1.669.526,16	-1.281.573,84	56,57
22 - Saúde	100,00	100,00	0,00	-100,00	0,00
23 - Segurança e ação sociais	604.600,00	577.700,00	338.759,45	-238.940,55	58,64
24 - Habitação e serviços coletivos	2.895.100,00	2.830.900,00	1.908.937,68	-921.962,32	67,43
25 - Serviços culturais,rec.e religiosos	1.132.900,00	702.700,00	869.950,98	167.250,98	123,80
31 - Agricultura,pecuária,silv.,caça e pesca	34.100,00	42.000,00	0,00	-42.000,00	0,00
32 - Indústria e energia	2.138.400,00	2.115.200,00	1.495.032,59	-620.167,41	70,68
33 - Transportes e comunicações	3.552.138,45	1.933.200,00	1.241.705,86	-691.494,14	64,23
34 - Comércio e turismo	2.458.100,00	1.268.700,00	615.387,91	-653.312,09	48,51
35 - Outras funções económicas	4.000,00	2.000,00	3.831,24	1.831,24	191,56
42 - Transferências entre administrações	1.213.200,00	721.000,00	989.673,71	268.673,71	137,26
TOTAL	16.976.138,45	13.299.400,00	9.463.502,88	-3.835.897,12	71,16

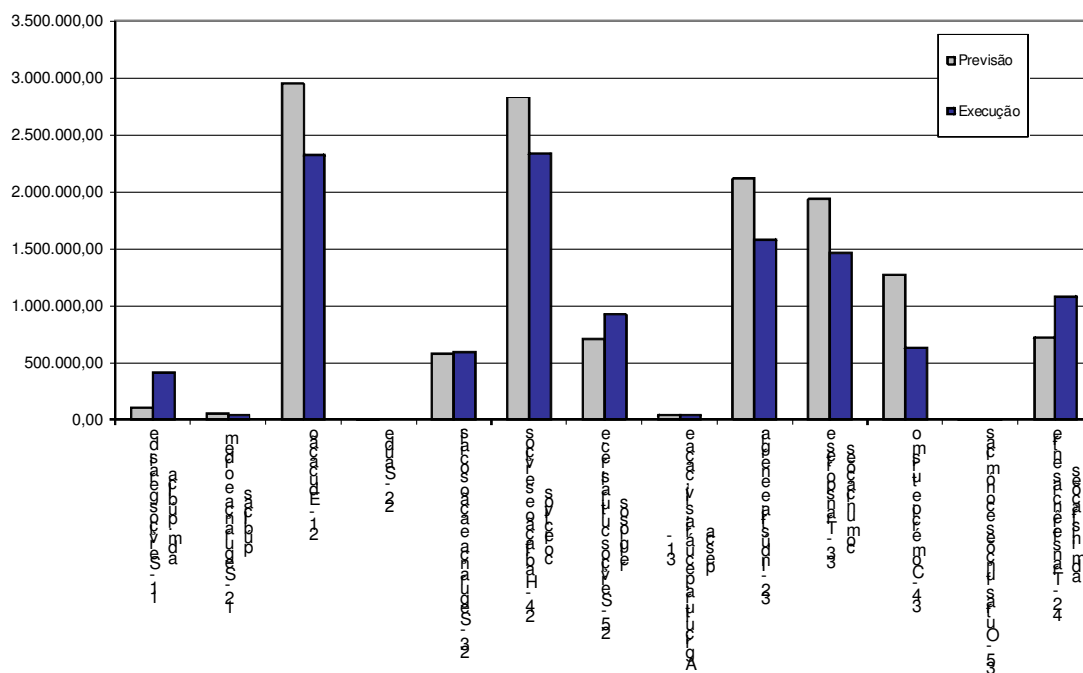
Quadro X



Execução material das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO	DOT.FINAL	PREV.INICIAL	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TX EXEC.
11 - Serviços gerais de adm.pública	441.700,00	104.700,00	410.187,86	305.487,86	391,77
12 - Segurança e ordem públicas	35.200,00	50.100,00	33.672,79	-16.427,21	67,21
21 - Educação	2.466.600,00	2.951.100,00	2.324.885,25	-626.214,75	78,78
22 - Saúde	100,00	100,00	0,00	-100,00	0,00
23 - Segurança e ação sociais	604.600,00	577.700,00	587.456,09	9.756,09	101,69
24 - Habitação e serviços colectivos	2.895.100,00	2.830.900,00	2.338.624,36	-492.275,64	82,61
25 - Serviços culturais,rec.e religiosos	1.132.900,00	702.700,00	921.113,68	218.413,68	131,08
31 - Agricultura,pecuária,silv.,caça e pesca	34.100,00	42.000,00	31.914,65	-10.085,35	75,99
32 - Indústria e energia	2.138.400,00	2.115.200,00	1.581.634,54	-533.565,46	74,77
33 - Transportes e comunicações	3.552.138,45	1.933.200,00	1.463.650,03	-469.549,97	75,71
34 - Comércio e turismo	2.458.100,00	1.268.700,00	631.418,41	-637.281,59	49,77
35 - Outras funções económicas	4.000,00	2.000,00	3.992,80	1.992,80	199,64
42 - Transferências entre administrações	1.213.200,00	721.000,00	1.082.016,14	361.016,14	150,07
TOTAL	16.976.138,45	13.299.400,00	11.410.566,60	-1.888.833,40	85,80

Quadro XI



Verifica-se através dos quadros e gráficos que antecedem que a autarquia, no âmbito da realização das Grandes Opções do Plano, atingiu uma taxa de execução financeira de aproximadamente 71% e uma taxa de execução material de cerca de 86%. Com efeito, se tivermos em consideração que esta taxa de execução, para além das ações já concretizadas e pagas, abarca também todos os projetos contratualizados, e que, em relação a estes, na parte não executada e paga, a autarquia dispõe já dos recursos financeiros necessários para cumprir os respetivos compromissos, somos levados a concluir que a taxa, próxima dos 90%, é digna de registo.

Através da conjugação do quadro IV com o quadro X deste relatório, constata-se também que a execução financeira das Grandes Opções do Plano absorveu cerca de 70% do valor global da despesa, o que reflete bem o grau de prioridade que o executivo deu aos investimentos municipais e às atividades mais relevantes no seio de toda a atividade que levou a cabo.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A avaliação da situação económica e financeira do município foi feita através da análise geral do balanço, da demonstração de resultados e dos respetivos anexos, bem como através dos indicadores de gestão calculados a partir de relações estabelecidas entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras.

Como já foi referido nas notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, toda a análise económico-financeira do município está condicionada pelo facto de não ter sido possível transferir os valores da maior parte dos bens, contabilizados na conta das *imobilizações em curso*, para as respetivas contas de *imobilizações corpóreas*, e consequente inventariação, cujos processos de obra não foram encerrados, e ainda porque não foi possível também concluir o processo de inventariação e avaliação dos bens do domínio público e de alguns imóveis do domínio privado.

3.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA

Custos e Perdas

Custos e Perdas	Ano de 2013		% s/ Proveitos Operacionais	Ano de 2012		% s/ Proveitos Operacionais	Ano de 2011		% s/ Proveitos Operacionais
	Valor	% s/ Total		Valor	% s/ Total		Valor	% s/ Total	
61 CMVMC	1.087.063,81	9,16	7,78	992.623,30	8,78	7,56	1.298.472,34	11,25	9,49
62 Fornecimentos e Serviços Externos	4.492.353,46	37,85	32,16	4.349.605,47	38,49	33,11	4.018.435,12	34,83	29,36
63 Tranf.Subs Correntes Conc.Prest.Sociais	850.875,01	7,17	6,09	721.162,46	6,38	5,49	725.121,21	6,28	5,30
64 Custos com Pessoal	3.542.202,26	29,84	25,36	3.209.137,44	28,40	24,43	3.271.695,10	28,35	23,90
65 Outros Custos e Perdas Operacionais	34.989,66	0,29	0,25	24.814,62	0,22	0,19	15.182,97	0,13	0,11
66 Amortizações do Exercício	556.274,40	4,69	3,98	299.802,03	2,65	2,28	307.637,15	2,67	2,25
67 Provisões do Exercício	5.219,61	0,04	0,04	3.513,23	0,03	0,03	5.831,88	0,05	0,04
68 Custos e Perdas Financeiras	92.249,50	0,78	0,66	116.682,21	1,03	0,89	104.323,74	0,90	0,76
69 Custos e Perdas Extraordinárias	1.207.644,60	10,17	8,65	1.582.095,85	14,00	12,04	1.791.772,16	15,53	13,09
Custos Operacionais (61 a 67)	10.568.976,21	89,05	75,66	9.600.658,54	84,97	73,09	9.642.375,77	83,57	70,45
Total	11.868.872,31	100,00	84,97	11.299.436,60	100,00	86,02	11.538.471,67	100,00	84,30

Quadro XII

Os custos e perdas do exercício totalizaram €11.868.872,31, registando-se um aumento de aproximadamente 4,8% face ao ano de 2012. Analisando as diversas rubricas verifica-se que o aumento ocorreu principalmente nos custos com pessoal, nas amortizações do exercício, nos fornecimentos e serviços externos, nas transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais e nos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas. Por outro lado, regista-se uma diminuição nos custos e perdas extraordinários e nos custos e perdas financeiras.

As rubricas que mais contribuíram para o aumento global dos custos e perdas do exercício em análise foram a dos custos com pessoal e das amortizações do exercício, os primeiros por força da reposição de parte dos subsídios de férias e de Natal dos colaboradores da autarquia e do aumento da contribuição da entidade patronal para os sistemas de segurança social, e os segundos essencialmente em resultado das amortizações efetuadas ao imobilizado corpóreo contabilizado no ano em análise por conta do imobilizado em curso.

Os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, os custos dos fornecimentos e serviços externos, os custos com o pessoal e os custos e perdas extraordinárias, são os que registam o maior peso no seio dos custos registados no exercício.

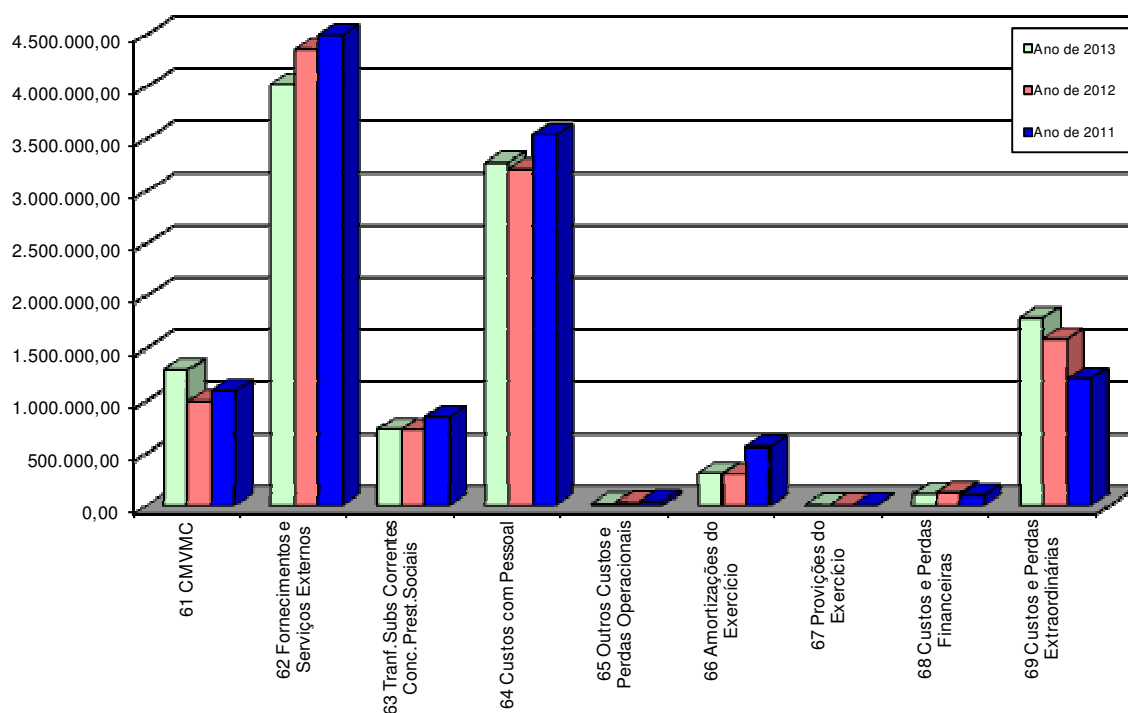
Os custos dos fornecimentos e serviços externos ocupam a primeira posição neste domínio, por contabilizar a maior parte da despesa com a aquisição de bens e serviços para desenvolvimento da atividade municipal, designadamente, no âmbito da manutenção e conservação de todas as infraestruturas e equipamentos municipais, da aquisição de energia elétrica para abastecimento de edifícios, instalações e iluminação pública, do desenvolvimento das atividades educativas, culturais e turísticas, entre outras.

Apesar da diminuição registada nos custos e perdas extraordinárias em 2013 face a 2012, esta rubrica assume um peso significativo no total dos custos, devido

fundamentalmente às transferências efetuadas para as instituições de solidariedade no âmbito dos projetos PARES, PRODER e POVT.

Os custos operacionais do exercício de 2013 correspondem a 75,66% dos proveitos operacionais, tendo-se verificado um aumento de aproximadamente 2,5% face a 2012.

O gráfico que segue dá-nos uma perspetiva global do peso de cada uma das rubricas em relação ao total dos custos.



Proveitos e Ganhos

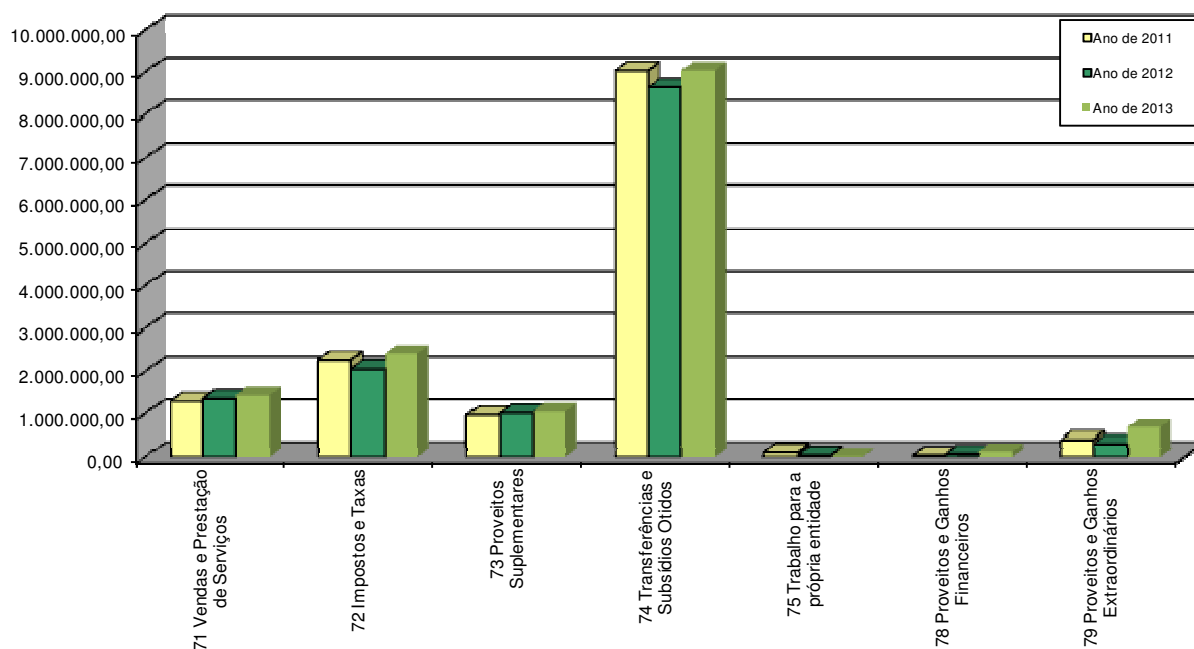
Proveitos e Ganhos	Ano de 2013		Ano de 2012		Ano de 2011	
	Valor	% S/ Total	Valor	% S/ Total	Valor	% S/ Total
71 Vendas e Prestação de Serviços	1.436.712,50	9,730	1.362.119,85	10,082	1.294.343,19	9,170
72 Impostos e Taxas	2.424.250,93	16,418	2.063.099,05	15,271	2.268.848,57	16,074
73 Proveitos Suplementares	1.047.668,01	7,095	1.015.148,92	7,514	967.569,55	6,855
74 Transferências e Subsídios Obtidos	9.041.278,74	61,230	8.647.258,23	64,005	9.034.882,71	64,010
75 Trabalhos para a própria entidade	18.505,17	0,125	47.779,46	0,354	112.766,83	0,799
78 Proveitos e Ganhos Financeiros	124.005,41	0,840	72.398,23	0,536	41.367,04	0,293
79 Proveitos e Ganhos Extraordinários	673.751,60	4,563	302.449,20	2,239	395.081,74	2,799
Proveitos Operacionais(71 a 75)	13.968.415,35	94,597	13.135.405,51	97,225	13.678.410,85	96,908
Total	14.766.172,36	100,000	13.510.252,94	100,000	14.114.859,63	100,000

Quadro XIII

Os proveitos e ganhos do exercício totalizaram €14.766.172,36, com um acréscimo de mais de 9% face a 2012. Analisando as diversas rubricas conclui-se que as transferências e subsídios obtidos, os impostos e taxas e os proveitos e ganhos extraordinários registaram os acréscimos mais significativos.

À semelhança dos exercícios anteriores, as rubricas que mais contribuíram para o total dos proveitos e ganhos do exercício de 2013 foram: as transferências e subsídios obtidos, com 61,23%, as receitas provenientes de impostos e taxas, com 16,42% e as vendas e prestação de serviços, com 9,73%.

O gráfico que segue mostra-nos, em relação ao ano em análise e aos anos imediatamente anteriores, o peso de cada uma das rubricas em relação ao total dos proveitos.



Resultados

Resultados	Exercício 2013	% s/ proveitos	Exercício 2012	% s/ proveitos	Exercício 2011	%s/ Projeitos
Resultados Operacionais	3.399.437,14	24,34%	3.534.746,94	26,91%	4.036.035,08	29,51%
Resultados Financeiros	31.755,91	0,23%	-44.283,98	-0,34%	-62.956,70	-0,46%
Resultados Correntes	3.431.193,05	24,56%	3.490.462,99	26,57%	3.973.078,38	29,05%
Resultados Extraordinários	-533.893,00	-3,82%	-1.279.646,65	-9,74%	-1.396.690,42	-10,21%
Resultados Líquidos do Exercício	2.897.300,05	20,74%	2.210.816,34	16,83%	2.576.387,96	18,84%

Quadro XIV

O Município de Arouca apurou, no ano da gerência, um resultado líquido do exercício no valor de €2.897.300,05 o qual corresponde a 20,74% do total dos proveitos operacionais.

O aumento registado nos resultados operacionais tem por base fundamentalmente o aumento dos proveitos operacionais, nomeadamente das transferências e subsídios obtidos, dos impostos e taxas e dos proveitos e ganhos extraordinários.

O acréscimo verificado em termos de resultados operacionais influenciou positivamente os resultados líquidos do exercício, que registaram um aumento de aproximadamente 30% face exercício de ano imediatamente anterior.

3.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIAL

Balço Sintético	2013		2012		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Activo Líquido						
Imobilizado	70.274.613,27	92,91%	66.906.798,82	94,14%	61.169.986,63	96,77%
Bens do Domínio Público	12.669.339,58	16,75%	26.933,90	0,04%	27.309,18	0,04%
Imobilizado Incorpóreas	44.856,78	0,06%	15.561,29	0,02%	11.629,80	0,02%
Imobilizado Corpóreas	57.244.666,91	75,68%	66.548.553,63	93,64%	60.879.849,65	96,32%
Investimentos Financeiros	315.750,00	0,42%	315.750,00	0,44%	251.198,00	0,40%
Circulante	4.636.369,40	6,13%	3.531.228,88	4,97%	1.618.727,77	2,56%
Existências	204.457,55	0,27%	166.191,62	0,23%	196.716,68	0,31%
Dívidas de terceiros- Curto prazo	191.953,98	0,25%	92.682,80	0,13%	119.024,56	0,19%
Depósitos em instituições de crédito e Caixa	4.239.957,87	5,61%	3.272.354,46	4,60%	1.302.986,53	2,06%
Acréscimos e deferimentos	730.182,01	0,97%	633.407,52	0,89%	419.904,70	0,66%
Total Activo Líquido	75.641.164,68	100,00%	71.071.435,22	100,00%	63.208.619,10	100,00%
Fundos Próprio e Passivo						
Fundos próprio	40.296.409,96	53,27%	37.389.109,91	52,61%	35.129.689,12	55,58%
Passivo	35.344.754,72	46,73%	33.682.325,31	47,39%	28.078.929,98	44,42%
Dívidas a terceiros- Médio e longo prazo	3.974.044,18	5,25%	4.311.393,45	6,07%	4.308.848,72	6,82%
Dívidas a terceiros- Curto prazo	678.628,61	0,90%	1.316.615,17	1,85%	1.319.380,23	2,09%
Acréscimos e deferimentos	30.692.081,93	40,58%	28.054.316,69	39,47%	22.450.701,03	35,52%
Total Próprio e Passivo	75.641.164,68	100,00%	71.071.435,22	100,00%	63.208.619,10	100,00%

Quadro XV

No balanço final de 2013 o ativo líquido totaliza €75.641.164,68 correspondendo o *Imobilizado líquido* à parcela com maior peso, aproximadamente 93% do ativo total. No ativo circulante destacam-se os *depósitos em instituições de crédito e caixa* com uma percentagem de 5,61%.

O aumento verificado no *imobilizado líquido*, face aos exercícios anteriores, revela o empenho da autarquia em investir nesta classe, facto que é refletido nos investimentos levados a cabo no domínio dos equipamentos destinados à educação, do saneamento, dos equipamentos desportivos, de recreio e de lazer, do fomento industrial, das vias de comunicação e ainda dos equipamentos de apoio turístico, entre outros.

Relativamente ao passivo, as dívidas de médio e longo prazo apresentam uma diminuição em relação ao exercício anterior de aproximadamente 8% e as dívidas de curto prazo uma redução de cerca de 49%. A sua evolução é devidamente explicada no ponto 4 deste relatório.

O aumento nos fundos próprios é fruto da transferência do resultado líquido do exercício de 2012 para as contas 571 – *Reservas Legais* e 51 – *Património*, tal como o referido no ponto 2.7.3 do POCAL, bem como do registo do resultado líquido do ano da gerência na conta 88 – *Resultado Líquido do Exercício*.

Apresentação dos Indicadores de Gestão

<i>Rácios</i>	<i>Equação</i>	2013	2012	2011
Liquidez Geral	<i>Circulante</i>	6,83	2,68	1,23
	<i>Dividas C/Prazo</i>			
Liquidez Reduzida	<i>(Circ.-Existenc.)</i>	6,53	2,56	1,08
	<i>Dividas C/Prazo</i>			
Liquidez Imediata	<i>Disponibilidades</i>	6,25	2,49	0,99
	<i>Dividas C/Prazo</i>			
Solvabilidade	<i>Fundos Próprios</i>	8,66	6,64	6,24
	<i>Cap. Alheio</i>			
Rácio de Endividamento (%)	<i>Passivo</i>	46,73%	47,39%	44,42%
	<i>Activo</i>			
Capacidade de Endividamento (%)	<i>Fundos Próprios</i>	91,02%	89,66%	89,07%
	<i>Cap. Permanent.</i>			
Autonomia Financeira (%)	<i>Fundos Próprios</i>	53,27%	52,61%	55,58%
	<i>Activo</i>			
Rentabilidade dos Fundos Próprios (%)	<i>R.L.</i>	7,19%	5,91%	7,33%
	<i>Fundos Próprios</i>			
Fundo de Maneio Líquido	<i>Cap.Circulante- Exig. Curto Prazo</i>	3.957.740,79	2.214.613,71	299.350,54

Quadro XVI

Analizando os indicadores de liquidez constata-se uma melhoria muito significativa no ano económico em estudo, face aos anos anteriores, traduzindo uma ampliação da capacidade da autarquia em solver os compromissos de curto prazo. Tal situação deve-se, principalmente, ao aumento do capital circulante, nomeadamente na rubrica de depósitos em instituição financeiras, mas também à significativa diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo.

Quanto ao rácio de solvabilidade verifica-se que registou um aumento face a 2012, o que revela também que a autarquia melhorou a sua capacidade em solver os compromissos de médio e longo prazo, isto porque, tal como nos anos anteriores, os capitais próprios cobrem totalmente o capital alheio.

Já na capacidade de endividamento da autarquia registou-se uma ligeira melhoria face a 2012, apresentando-se bastante favorável, sendo que os capitais permanentes financiam em aproximadamente 91% os fundos próprios.

Quanto à rentabilidade dos fundos próprios registou-se um acréscimo que demonstra que o peso dos resultados líquidos do exercício face ao total dos fundos próprios também aumentou.

Considerando todos estes elementos, e não obstante o ativo não traduzir ainda, como já se disse, a totalidade do imobilizado que constitui o seu património, poder-se-á concluir, mesmo assim, sem qualquer carga subjetiva, que a autarquia goza de uma boa situação económica e financeira.

3.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício apurado no ano de 2013 foi de € 2.897.300,05.

Com efeito, no cumprimento do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o seu montante seja afeto, em parte, através da conta 59-Resultados às seguintes contas:

a) Reservas Legais.....	€144.865,00
b) Reforço Património	€0,00 ⁽¹⁾

(1) Atingiu o valor obrigatório previsto no ponto 2.7.3.4 do POCAL

4. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE E A TERCEIROS

4.1 . DE TERCEIROS

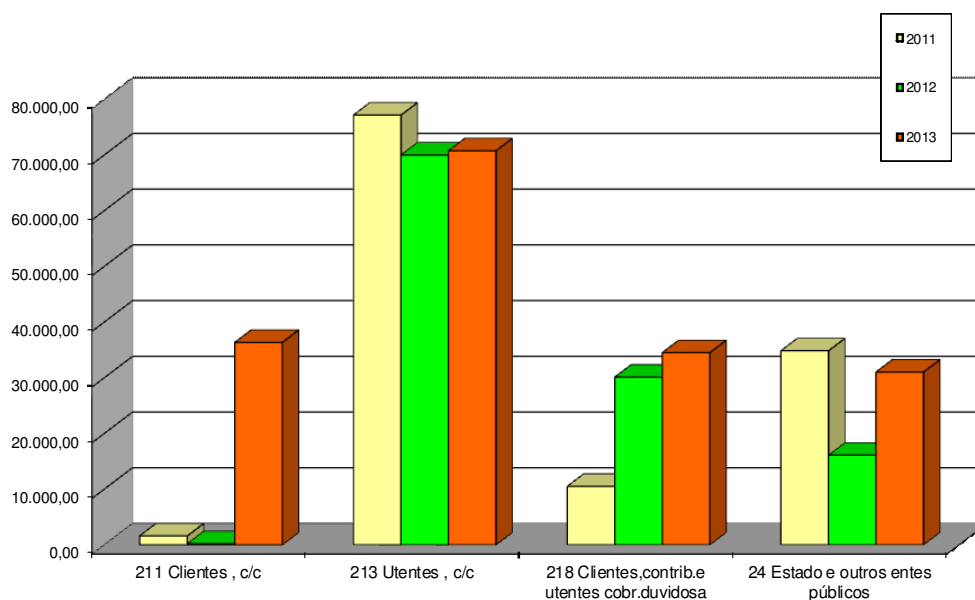
As dívidas de terceiros ascendem, em 31 de Dezembro de 2013, a €172.654,68, valor que consubstancia um aumento em relação ao ano anterior, conforme se pode constatar no quadro que abaixo se apresenta.

A diferença reside essencialmente nas contas *211 – Clientes c/c* e *24 – Estado e outros entes públicos*, encontrando-se a dívida atualmente regularizada.

Designação	2011	2012	2013
1 Médio e Longo Prazos			
2 Curto prazo			
211 Clientes , c/c	1.610,30	219,00	36.352,88
213 Utentes , c/c	77.171,09	70.017,97	70.763,49
218 Clientes, contrib. e utentes cobr. duvidosa	26.445,64	30.114,89	34.505,41
24 Estado e outros entes públicos	34.854,77	16.107,94	31.032,90
Total	140.081,80	116.459,80	172.654,68

Quadro XVII

O gráfico que se segue dá-nos uma visão global da evolução temporal das dívidas de terceiros ao Município.



4.2 . A TERCEIROS

Com referência a 31 de Dezembro findo, o quadro seguinte mostra-nos que o montante contabilizado como dívida orça em €4.652.672,79, valor que representa uma grande diminuição em relação ao ano anterior, na importância €959.227,89, ou seja menos 17,09%.

Designação	2011	2012	2013
1 Médio e Longo Prazos	4.308.848,72	4.311.393,45	3.974.044,18
1.1 Instituições de crédito (empréstimos)	4.308.848,72	4.311.393,45	3.974.044,18
2 Curto prazo	450.903,64	499.999,16	167.925,01
2.1 Instituições de crédito	0,00	0,00	0,00
2.2 Fornecedores c/c	38.595,28	0,00	0,00
2.3 Fornecedores-faturas em receção/conferência	167.012,29	293.962,59	15.783,47
2.4 Fornecedores de imobilizado c/c	238.941,89	174.792,66	151.582,51
2.5 Fornecedores de imobilizado faturas rec/conf.	6.354,18	31.243,91	559,03
2.6 Fornecedores de imobilizado - cont.leasing	0,00	0,00	0,00
2.7 Fornecedores de imobilizado - outros contratos	0,00	0,00	0,00
Sub-total	4.759.752,36	4.811.392,61	4.141.969,19
2.8 Estado e outros entes públicos	7.841,96	20.467,60	50.251,15
2.9 Outros credores *	825.779,86	780.040,47	460.452,45
Total	5.593.374,18	5.611.900,68	4.652.672,79

* 2.9 Inclui as garantias prestadas em dinheiro relativas ao reforço de caução de empreitadas

Quadro XVIII

O montante das dívidas de *empréstimos a médio e longo prazo*, regista uma diminuição de €337.349,27, 7,82%, que resulta do cumprimento rigoroso do calendário das amortizações de capital de empréstimos anteriores.

No que respeita à conta *Fornecedores c/c* transitou-se o ano com saldo nulo.

A conta *Fornecedores – faturas em receção/conferência* regista os documentos de despesa datados do ano da gerência e rececionados nos serviços nesse mesmo ano, não lançados na conta *Fornecedores c/c*, nem contabilizados em termos orçamentais, pelo facto de se encontrarem ainda em conferência ou por terem sido recebidos posteriormente ao termo do ano económico. Apresenta uma diminuição da dívida face ao registo do ano transato no valor de €278.179,12.

A conta de *Fornecedores de imobilizado* c/c conta com uma diminuição da dívida face ao ano anterior, reduzindo-a para apenas cerca €23.000,00.

A conta *Fornecedores de imobilizado - faturas em receção/conferência*, regista os documentos de despesa em situação idêntica à referida na conta *Fornecedores – faturas em receção/conferência* relativamente a empreitadas e outro imobilizado, expressando uma redução que anula quase a totalidade do respetivo saldo.

Todas estas contas, que consubstanciam as dívidas de curto prazo, refletem uma redução de mais de €332.000,00 em relação ao ano anterior, ou seja, de mais de 66%.

No que concerne à conta *Estado e outros entes públicos*, expressa os valores recebidos pela Câmara Municipal provenientes de impostos, taxas e outros rendimentos consignados a diversas entidades públicas, contabilizados por operações de tesouraria e que, por consubstanciarem fundos colocados à “guarda” da autarquia, não influem na dívida decorrente da execução orçamental.

No ano da gerência, a conta *Outros credores*, referida no ponto 2.9 do quadro acima, para além dos valores das cauções prestadas em dinheiro a favor do Município como garantia no âmbito de contratos de fornecimentos e de empreitadas de obras públicas, contabiliza também outros valores consignados a diversas entidades privadas, bem como a dívida a outros credores não integrados dos fornecedores ou das instituições de crédito.

A redução do valor contabilizado nesta conta é essencialmente fruto do pagamento da última prestação relativa ao preço de compra da fração autónoma do edifício do cinema, da última prestação da indemnização fixada judicialmente a favor da Euroforum, L.da, e da liberação de diversas cauções prestadas a favor da autarquia, a título de garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas, nos termos previstos no Decreto-lei nº 190/2012, de 22 de agosto.

No ano da gerência temos, pois, uma dívida a terceiros de apenas €4.652.672,79, valor que consigna uma redução em relação ao ano anterior de aproximadamente €1.000.000,00.

Aliás, no que à relação com os credores diz respeito, apraz referir que a autarquia, para além de não ter pagamentos em atraso, integra o grupo daquelas com prazo médio de pagamento mais reduzido.

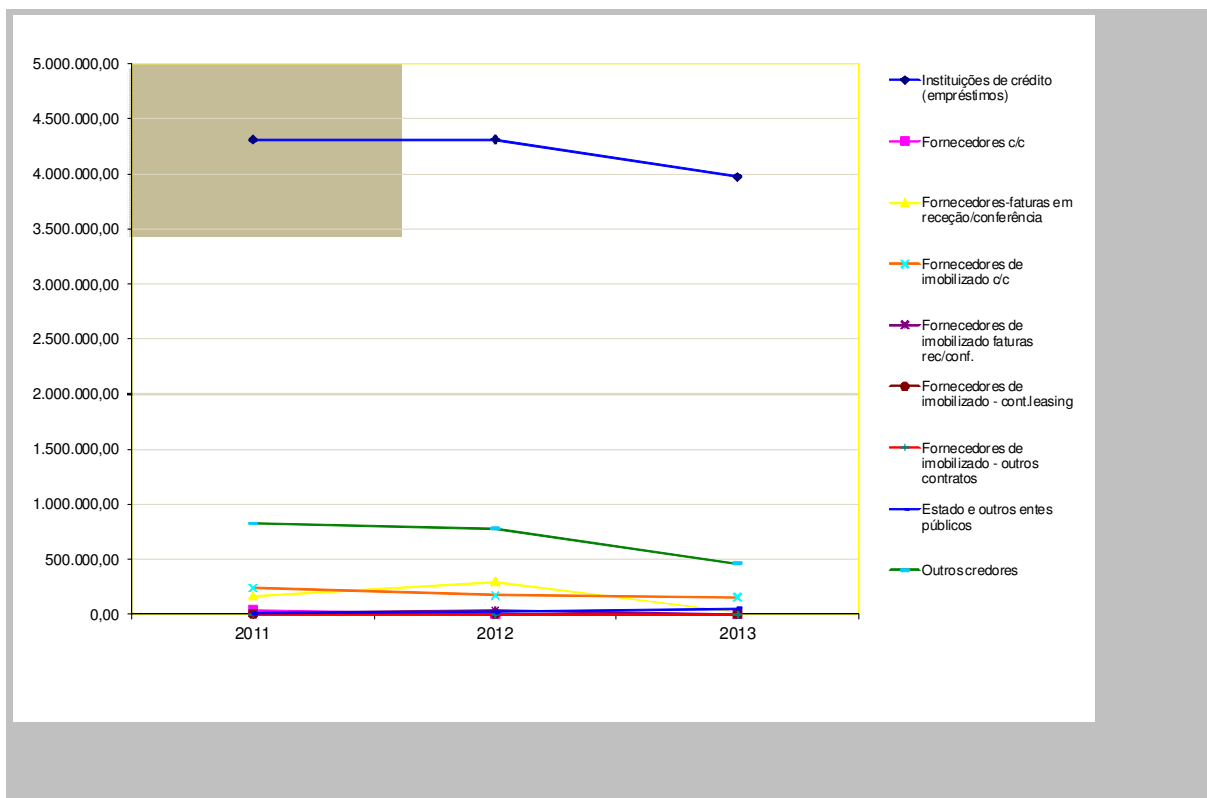
Por outro lado, se ao montante global da dívida a terceiros subtrair o valor do saldo das operações de tesouraria, no montante de €509.226,60, designadamente das receitas do Estado e de outros entes públicos, das cauções prestadas em dinheiro e das receitas consignadas a outras entidades, o montante da dívida proveniente da execução orçamental, incluindo a dívida a médio e longo prazos, orça em apenas €4.143.446,19, valor que regista o nível de endividamento mais baixo desde 2004 e que representa também um dos mais baixos no seio de todas as autarquias do País.

Importa ainda referir que o valor do saldo em dinheiro transitado (€3.729.254,27) é suficiente para pagar toda a dívida de curto prazo e a maior parte (mais de 77%) da dívida de médio e longo prazos do Município.

É incontroverso, pois, que o executivo tem pautado a gestão da dívida por princípios de rigor e por forte controlo da despesa face aos recursos disponíveis.

.

A evolução da dívida a terceiros por grupo dos respetivos credores pode ser constatado no gráfico que se segue.



De acordo com a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), que vigorou até ao termo do ano da gerência em análise - a partir de 1 de janeiro entra em vigor o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais aprovado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro -, o valor do endividamento líquido total, em 31 de dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante da receita proveniente dos impostos municipais, das participações do Município no F.E.F., da participação no I.R.S., da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativos ao ano anterior.

O montante a considerar para aquele efeito, de acordo com o previsto no artigo 36º daquela lei, é o que resulta da diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos

de locação financeira e as dívidas a fornecedores, a empreiteiros e a outros credores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

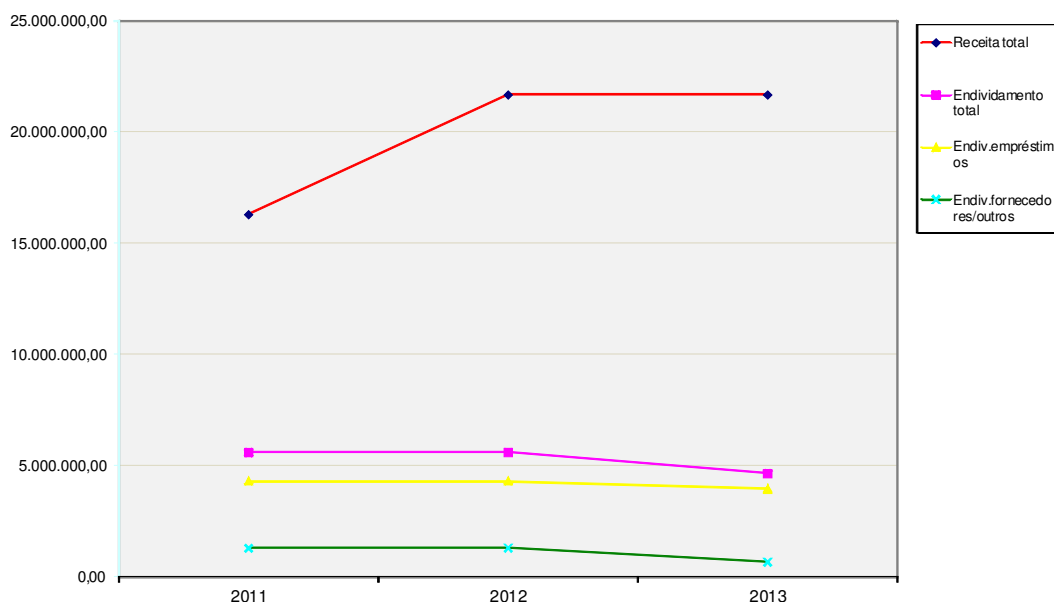
No ano da gerência, o limite de endividamento líquido total do Município, calculado de acordo com aquela lei, era de €12.039.054,35, sendo que €9.631.243,48 é afeto ao endividamento de médio e longo prazos.

Em 31 de dezembro de 2013, face à diferença registada entre os passivos e ativos, o endividamento líquido é negativo, o que equivale a dizer que o Município tem disponível toda a sua capacidade de endividamento. Aliás, de acordo com os elementos colhidos no último anuário financeiro dos municípios portugueses, de 2011 e 2012, editado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Arouca ocupa o quarto lugar no *ranking* dos municípios de média dimensão com menor endividamento líquido e a quinta posição no que respeita ao índice de endividamento líquido em relação às receitas do ano anterior.

Quanto à capacidade de endividamento para contratação de empréstimos a médio e longo prazos, deduzindo o capital em dívida dos contratos excecionados ao abrigo da Lei das Finanças Locais, na importância de €1.299.210,09, o Município tem apenas comprometida a importância de €2.674.834,09, ou seja, tem apenas comprometida cerca de 28% desta capacidade.

Porém, ano a pós ano, as leis de orçamento do Estado têm vindo a reduzir os limites de endividamento de médio e longo prazos, sujeitando-os a rateio, diminuindo profundamente aquela capacidade, em prejuízo dos municípios que ao longo do tempo souberam resistir às tentações e que sempre pautaram a atividade às suas reais capacidades financeiras.

O gráfico que se segue evidencia a evolução do endividamento em relação ao total da receita arrecadada pelo Município nos últimos três anos.



4.3. MAPA RELATIVO AO PLANO DE LIQUIDAÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO E ACORDOS DE PAGAMENTO.

Não são juntos o mapa e os acordos de pagamento a que se refere o nº 3 do artigo 19º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, pelo facto da autarquia não dispor de pagamentos em atraso, tal como se encontram definidos na alínea e) do artigo 3º da citada LCPA.

5. CONCLUSÃO

Da análise deste relatório extrai-se as seguintes conclusões:

- 1. Que a execução orçamental no ano de 2013 atingiu ao nível da receita mais de 80% e ao nível da despesa 75%.**
- 2. Que as transferências do OE provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e participação nos impostos diretos, assim como o financiamento ao abrigo de programas comunitários foram, como sempre, as receitas que mais contribuíram para a execução orçamental;**
- 3. Que, no ano da gerência, para além de se ter cumprido o princípio do *equilíbrio orçamental*, foi possível economizar-se uma parte significativa das receitas correntes, no montante correspondente a €2.675.068,72, mais de 21% do seu valor global, na sua maior parte afeto à cobertura de despesas de capital;**
- 4. Que a execução global das Grandes Opções do Plano no ano da gerência atingiu a taxa de cerca de 71% em termos financeiros e a taxa de aproximadamente 86% ao nível da execução material.**
- 5. Que, pese embora o ativo não traduzir ainda a totalidade do imobilizado que constitui o seu património, os indicadores de gestão demonstram que a autarquia goza de uma boa situação económica e financeira.**

6. Que o Município, não obstante possuir uma excecional capacidade de endividamento, por força dos constrangimentos atuais, designadamente das restrições impostas pelo orçamento de Estado, tem pouca margem para dela poder beneficiar.

7. Que a autarquia não tem pagamentos em atraso e que integra o grupo daquelas que praticam o prazo médio de pagamento mais reduzido.

8. Que no ano da gerência a dívida a terceiros reduziu de forma significativa, representando o saldo transitado o nível de endividamento mais baixo registado desde 2004.

Arouca, 10 de Abril de 2014.

O Presidente da Câmara,

(José Artur Tavares Neves)